

# **Da posição-sujeito às tomadas de posição: o jornal Pacotilha no contexto das comemorações do tricentenário da fundação de São Luis, capital do Maranhão**

**Edinamária Mendonça**  
**Programa de Pós-Graduação em Memória Social/UNIRIO<sup>1</sup>**

**Resumo:** Em 1912 São Luis, capital do Maranhão, comemorou seu tricentenário de fundação. O evento foi uma estratégia do governo do Estado para lidar com os conflitos materiais e simbólicos da sociedade maranhense e ensejou no campo jornalístico um intenso debate que durou de 1911 a 1912. Neste artigo selecionei o jornal Pacotilha objetivando propor uma interpretação acerca da sua posição-sujeito e das tomadas de posição naquele contexto. A análise realizada no âmbito da Análise de Discurso de vertente francesa (AD) e da Memória Social evidenciou as estratégias discursivas e memorialísticas dos sujeitos discursivos sendo possível dizer que quanto à memória discursiva o jornal Pacotilha está em posição de dissenso no que diz respeito aos gastos realizados pelo governo. No entanto, em relação à comemoração o jornal alinha-se à posição-sujeito do governo de legitimação da comemoração.

## **1. Introdução**

Este artigo tem por objetivo dar visibilidade ao debate produzido em torno da noção de sujeito na AD e sua apropriação na pesquisa que teve por tema de discurso a comemoração do Tricentenário da fundação da cidade de São Luis, realizado em 1912, naquela cidade. Considerando tal noção de sujeito e fazendo trabalhar a relação com a Memória Social, a pesquisa teve como objeto discursivo a construção da imagem de si do maranhense naquela configuração sócio, histórica, econômica e cultural.

Para tal, tomei como campo discursivo de referência o “*Album Commemorativo do 3º Centenário da Fundação da Cidade de São Luis, Capital do Estado do Maranhão*” – elaborado pelos organizadores como objeto memorialístico do evento. A partir deste campo discursivo de referência (COURTINE, 2009) construí um arquivo composto pelas imagens fotográficas e os textos deste documento, matérias de jornais, gravura, o discurso historiográfico sobre a economia, os conflitos políticos e culturais de 1912, bem como, documentos históricos relativos à fundação da cidade pelos franceses (1612). Deste conjunto mais amplo de materialidades discursivas construí quatro campos discursivos, dentre os quais o jornalístico. Analisei, então, os jornais Pacotilha, Diário do Maranhão, Correio da Tarde e Diário Oficial do Estado do Maranhão.

Para este artigo fiz um recorte e selecionei apenas o jornal Pacotilha com o objetivo de propor uma interpretação acerca da posição-sujeito do jornal e suas tomadas de posição no referido contexto. Início a exposição apresentando as condições de produção do discurso do

---

<sup>1</sup> Orientadora Profa. Dra. Lucia Maria Alves Ferreira.

centenário e do citado jornal, em seguida, analiso a posição-sujeito do jornal para estabelecer relação entre a imagem de si historicamente constituída e as tomadas de posição deste mesmo sujeito discursivo quanto à comemoração do centenário. Tal análise encaminha para uma interpretação acerca da posição-sujeito do jornal, qual seja a de uma imagem especular do jornal.

## 2. Comemorar: para que? Para quem?

Até 1912 o Maranhão já havia organizado três Exposições do Trabalho e participado do Centenário de Abertura dos Portos ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 1908. De modo que pude afirmar que naquele ano já havia um *ethos* comemorativo de centenário legitimado pelas práticas sociais maranhenses (MENDONÇA, 2010, p20-22).

Como sabemos com Hobsbawm (2008) as comemorações de centenários são tradições inventadas que foram produzidas para responder às mudanças sociais, históricas, culturais e, principalmente econômicas que afetavam a Europa no final do século XIX. Elas são modos políticos de lidar com conflitos, de legitimar e manter a governabilidade. Naquele mesmo século foram também inventadas as Exposições Universais. Estas exposições são eventos produzidos para celebrar o progresso econômico, notadamente, o desenvolvimento da indústria, e a modernidade, representada pelo desenvolvimento tecnológico. Embora o destaque seja a dimensão econômica a partir da Exposição Universal de 1855, realizada em Paris, os organizadores destes eventos passaram a inserir a dimensão cultural, sendo a mesma representada pela seção de Belas Artes (ORY apud LEVY, 2008, p.21). Não demorou muito e naquele mesmo século o desejo de comemorar e o de exibir-se foram reunidos em único programa: a partir de então, toda comemoração de centenário tinha por ponto central a realização de uma Exposição destinada a ser uma imagem de uma cidade ou de um país, de possibilitar pelo seu programa a educação para o gosto moderno, para a difusão do consumo e ser um espaço de diversão para as multidões (HOBSBWAM, 2008; NEVES, 1986; PESAVENTO, 1997; PEREIRA, 1991; 2010; TURAZZI, 1995).

No sentido de serem *invenções* os centenários são acontecimentos programados, ou seja, são comemorações públicas cuja realização é produzida por um corpo de especialistas geralmente inseridos no sistema de produção simbólica do Estado ou em associações específicas. São realizados em locais públicos produzidos especificamente para este fim com a construção de prédios, palácios e pavilhões onde os produtos são dispostos à apreciação pública, com a reunião da produção material e simbólica de um povo e sua exposição, em seções, segundo regras de composição por temáticas, por localização geográfica, cultural ou econômica. Como parte do processo de registro e legitimação discursiva são produzidos objetos memorialísticos como fotografias, estátuas, moedas e álbuns comemorativos. Esta produção do acontecimento envolve geralmente envolve o par destruição/construção dos espaços físicos da cidade e a produção de lugares de memória (NORA, 1993) pela apropriação da memória histórica. Para a tarefa de produzir o evento os governantes mobilizam recursos financeiros e de pessoal. Este mesmo processo se deu quando da organização da festa do tricentenário tendo o Governador do Estado, Sr. Luis Antonio Domingues da Silva, mobilizado um conjunto de recursos materiais e simbólicos: foi “eleita” uma comissão organizadora composta por membros da Sociedade Festa Popular do Trabalho e destinada a quantia em dinheiro de “dois contos quatrocentos e setenta mil reis” (ALBUM

COMMEMORATIVO..., 1913, p.24) para a realização da festa. Considerada uma fortuna, o recurso veio de um empréstimo que o Estado havia tomado ao banco Argentino Francês.

É justamente neste ponto: a destinação de recursos do empréstimo para os mais diversos fins, que a querela entre o governador e a imprensa se acirrou.

### 3. A cidade e suas disputas

No período em que durou a produção dos lugares de memória da festa do Tricentenário a capital do Maranhão vivenciou uma intensa guerra de palavras. Se o clima entre imprensa e governo (quer estadual, quer municipal) já não era dos mais calmos desde a Proclamação da República, naqueles anos de 1911 a 1912, foi cada vez mais marcado pelo estilo contundente, denunciador e crítico do jornalismo maranhense, cuja tradição de combate já vinha sendo historicamente construída. Dentre as críticas dos jornais, em especial o Pacotilha, estavam o uso do pagamento de dívidas de fazendeiros, de investimentos na falida indústria têxtil e a construção de obras considerada sem interesse da população. Em resposta o governador elaborou dois documentos intitulados “Monografias” os quais foram impressos pela gráfica do Estado e lidos no plenário da Câmara Legislativa do Estado (DOMINGUES, 2012). O teor destes documentos era a defesa do uso que o governo estava dando ao dinheiro do empréstimo internacional.

Ao ser eleito em 1910, Luis Domingues recebeu o Estado endividado financeiramente e um campo político marcado pela tensão entre os dois partidos vigentes, de modo que “para sanear o Estado pediu o primeiro empréstimo internacional da nossa história” (MENDONÇA, 2005, p. 120-121). O historiador Meireles (2008, p. 279) informa que o empréstimo de 20 milhões de franco foi feito dos banqueiros Mayer Freres & Cia., por intermédio do Banco Argentino Francês. No Estado e na capital as condições de saneamento, iluminação, habitação, transportes, comunicação e políticas públicas de saúde eram precárias. No comércio quase todos os estabelecimentos estavam falidos, assim como a indústria, que nunca chegara a ser áurea. Faltavam recursos inclusive para o pagamento do funcionalismo público e dos credores (MEIRELES, 2008; VIVEIROS, 1992).

Mas as disputas no campo econômico eram apenas um dos entraves que o governo tinha que resolver. A principal disputa vinha sendo travada desde a década de 80 do século XIX com o controle do poder político do Estado pelo ex-governador Benedito Leite. Com a morte do “comandante político”, ocorrida em 1908, a crise generalizou-se. O Presidente da República ameaçou enviar outro interventor para o Estado provocando a coesão dos políticos da situação e da oposição sob um pacto de revezamento do poder. O pacto chamado *Dualidade* propunha que houvesse a alternância destes grupos no governo. Assim quando Luis Domingues foi eleito representando o grupo Federalista (situação), herdeiro de Benedito Leite, o grupo da oposição armou-se de todos os argumentos para combater o adversário. É neste clima que Luis Domingues solicita e obtêm autorização da Câmara Legislativa para a tomada do empréstimo internacional. A partir do ano de 1911 o governador começou um amplo programa de “reestruturação” do Estado emprestando parte dos recursos recebidos a proprietários da indústria têxtil e da agropecuária. Construiu e reformou prédios públicos, desde o Lar da Infância Desvalida até as salas de aulas do Liceu Maranhense. Iniciou os trabalhos de estruturação dos portos e investiu em transporte fluvial, principal meio de escoamento dos produtos do Estado. Financiou também a reestruturação e pavimentação de algumas praças da cidade. Mandou fazer e inaugurou uma estátua para Benedito Leite e, já no

final do governo, contratou engenheiros para construir um sistema de saneamento da cidade. Em todas estas ações o governo teve a crítica dos adversários políticos e dos jornais.

Nesta configuração, o jornal Pacotilha manteve a sua posição-sujeito historicamente conquistada de ser uma voz crítica da política e dos costumes locais (JORGE, 2008) e destacou-se pela sua posição crítica em relação ao governo do Estado e aos gastos por este realizado.

#### **4 Da posição-sujeito às tomadas de posição**

A questão principal que moveu a pesquisa do Tricentenário de São Luis foi a de compreender que imagens do maranhense estavam sendo projetadas nos discursos da comemoração e, neste sentido, o campo jornalístico apresentou-se como um lugar onde as disputas materiais e simbólicas da época puderam ser publicizadas na vida social dos maranhenses. Como mencionei na introdução, esta pesquisa se deu no âmbito da AD e da Memória Social, pois interessava-nos estabelecer a relação entre discurso, memória e imagem.

Consoante com os objetivos da pesquisa, reuni no campo discursivo jornalístico um conjunto de reportagens dos jornais Pacotilha, Diário do Maranhão, Correio da Tarde e Diário Oficial do Estado do Maranhão<sup>2</sup>. Chamou-nos a atenção o tom contundente e a argumentação do jornal Pacotilha pelo uso da memória histórica. Questionamo-nos então sobre os efeitos de sentido que estes discursos produziam no contexto mais geral da comemoração.

Para compreendê-los produzi recortes sucessivos no conjunto de reportagens daí resultando em um corpus discursivo a partir do qual a análise foi construída. Pus o mesmo em relação de composição (LAGAZZI, 2009) com as condições de produção do discurso do jornal e os outros campos discursivos, a saber, o discurso acadêmico e o discurso político. Recorri então às noções de sujeito discursivo e de memória discursiva conforme proposta por Pêcheux (2008) para compreender as apropriações que os sujeitos fazem em seus discursos dos sentidos socialmente estabilizados na memória social. Assim, pela noção de memória discursiva trouxe a memória histórica do jornal para estabelecer seu funcionamento discursivo no campo jornalístico maranhense.

Como sabemos com Pêcheux (1988), Courtine (2009) e Indursky (2000) o discurso não é um texto ou uma imagem – embora também o seja por que é nesta materialidade que encontramos as marcas de sua produção de sentido – podendo ser entendido como uma ordem do dizer: uma ordem que se dá pela relação que estabelecemos entre vários textos – aqui compreendendo por texto tanto as produções verbais quanto as imagéticas – de uma mesma região de saber. No caso específico a ordem que estamos analisando é a da comemoração da festa do tricentenário, pois todo discurso é constituído por uma historicidade, por um tempo e um lugar que o distingue. Desenvolvendo a noção de Formação Discursiva (FD) Indursky (2000, p.17) a compreende como “um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente”. Assim no contexto da comemoração a relação do jornal Pacotilha com outros jornais no campo ideológico da política, da economia e, principalmente, da disputa de poder no campo

---

<sup>2</sup> Os nomes de jornais correspondem à sua escrita na forma original.

jornalístico nos possibilitou problematizar a posição do jornal no complexo de FDs que constituem o interdiscurso da comemoração, bem como suas tomadas de posição.

Partindo da compreensão de uma FD não é uma forma fixa, ou seja, que seu domínio de saber não está fechado em si mesmo; que está sempre em movimento em função das tomadas de posição que os sujeitos discursivos, podemos dizer que este movimento produz outros arranjos nas configurações ideológicas no embate com outros domínios de saber pela legitimação dos sentidos na sociedade.

Em nossa análise os domínios de saber do discurso jornalístico, político e econômico da comemoração do tricentenário foram sendo constantemente reconfigurados em função das mudanças de contexto e da própria organização da FD do jornal e da posição sujeito do sujeito da comemoração do centenário, a saber, o sujeito discursivo maranhense. Como veremos na análise a seguir o sujeito discursivo Pacotilha se insere em uma FD de legitimação do discurso jornalístico de ser uma voz crítica da sociedade; um lugar onde a sociedade pode falar e ser ouvida. Para determinar esta posição do sujeito discursivo foi necessário recorrer à memória histórica da fundação do jornal para compreender o modo pelo qual em 1912 o mesmo construía seu discurso.

O jornal Pacotilha desde a sua fundação, em 30 de dezembro de 1880, até a sua extinção, em 1939, foi uma voz crítica, não só da política e dos políticos maranhenses, mas também dos costumes locais e da posição da igreja frente aos desenvolvimentos científicos e sociais da época (JORGE, 2008). Por volta de 1892 o jornal foi vendido para o político José Barreto Costa Rodrigues, que fazia parte do grupo político do Coronel Mariano Lisboa, opositores de Benedito Leite. O embate foi tal que Benedito Leite viu-se obrigado a fundar outro jornal para combater a Pacotilha. Denominado de Federalista – que é também o nome do partido político a que Benedito era filiado – este jornal funcionou até 1908 com a morte de seu fundador (JORGE, 2008).

A imagem de um jornalismo crítico e contestador da Pacotilha vinha sendo construída desde seu primeiro número. Em 30 de dezembro de 1880 defendeu um programa de jornal que só na década de 30 do próximo século seria considerado como jornalístico. Segundo seu primeiro editor:

A Pacotilha, pois, não tem programa, nem opinião, nem artigo de fundo – é a imprensa a retalho, miúda, sortida e variada, [...] contendo um pouco de cada coisa para distrair o espírito, sem pretensões a ensinar, sem palmatória de censura, sem especialidade, [...]. A Pacotilha não tem redação, motivo de sobra para abri-se à colaboração de todos. (PACOTILHA apud JORGE, 2008, p.330)

Não ter programa, nem opinião, não quer dizer um jornal sem posição política e ética. Ao contrário, quer colocar-se justamente no sentido inverso do jornalismo que vinha sendo feito no Maranhão e no país. Inovador, já aceitava a participação do público, não apenas nas cartas dos leitores, mas em matérias de opinião. Possuía uma coluna chamada “Jornais” onde fazia a crítica dos outros periódicos e de si mesmo, em um verdadeiro trabalho de Ombudsman<sup>3</sup>: “Promoveu a crítica contra as autoridades, particulares e outros jornais, quando oportuno, e em benefício da comunidade” (JORGE, 2008, p.329).

---

<sup>3</sup> Ombudsman é função do jornalista que faz a crítica do próprio jornal onde trabalha. É só a partir de 1980 que este personagem começa a atuar no jornalismo das grandes cidades. Portanto, a Pacotilha estava adiantando em 100 anos no seu fazer jornalístico.

Na minuciosa pesquisa empreendida por Sebastião Jorge o registro dos nomes dos editores, redatores e colaboradores dá uma mostra do papel e da importância da Pacotilha para a sociedade maranhense:

A Pacotilha dispunha do que havia de melhor para atuar como redatores, daí, tornar-se uma escola para quem queria aprender a fazer jornalismo, esmerar o conhecimento em Português e enriquecer a visão de mundo. [...] Foi o mais vendido e prestigiado. (2008, p.342)

Desde 1910 quando da posse do governador Luis Domingues o jornal vinha acompanhando a situação política e econômica do Estado. Tecia elogios quando o governo atendia alguma reivindicação social, no entanto, consoante com sua FD de ser uma voz crítica dos problemas do Maranhão participaram de intensa campanha de cobrança do uso do dinheiro do empréstimo.

Apesar do tom moderado até o ano de 1912, o clima ficou tenso com a publicação pelo governador de três monografias, todas lançadas naquele ano, com os títulos de “Dois anos de governo (1910 - 1911)”, “Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão” e “Atos e Fatos”. Embora tratassem das questões financeiras e administrativas do Estado, estas monografias funcionaram como uma defesa de Luis Domingues aos ataques da imprensa e dos grupos políticos, tanto da oposição quanto de seu próprio partido na pessoa do sr. Urbano Santos, conforme afirmou o próprio governador: “O Congresso do Estado, manobrado por Urbano Santos, Cunha Machado e José Eusébio, meteu no orçamento um artigo que cortava extremamente os poderes do governador, a ponto de quase este não poder administrar” (FILHO DOMINGUES, 1982, p.31). Neste empate, Luis Domingues fez questão de ressaltar o apoio que recebeu do Congresso Legislativo do Maranhão para a realização do empréstimo externo tomado para financiar o Estado, destacando o fato de ter recebido o apoio da maioria dos deputados estaduais.

E cumpre notar que não estou a justificar-me de o haver negociado, porquanto fui na operação mero executor de Leis [...] apenas venho a vangloriar-me de o ter negociado em condições de *ser louvado pelo Congresso*, com a *circunstancia bem expressiva da unanimidade* dos votos [...]. (DOMINGUES, 1912, pag. 04) (grifo nosso)

Esta rememoração da unanimidade da votação deixa no esquecimento que tal circunstância, a da oposição votar no governo, considerando o clima da *Dualidade*, teve a ver decisivamente com as condições econômicas em que se encontrava o Estado, ou seja, como disseram Meireles (2007) e Corrêa (1993), de penúria e miséria. Uma situação que afetava a todos e não apenas o governo e a oposição, de modo que era de interesse da oposição senão a resolução da situação, pelo menos que os recursos do empréstimo sanassem as dívidas públicas e fossem feitos investimentos em setores econômicos do Estado.

Nesta querela entre o Pacotilha, a oposição e o governo apenas dois pontos de consenso, o primeiro é que o empréstimo era a única solução possível, tendo em vista as condições financeiras do Estado e o segundo consenso era a realização do centenário. Este último era tão forte que todos os jornais convocaram a população a participarem da exposição enviando suas produções. O Pacotilha também enviou suas produções gráficas para a seção de *Artes Liberaes* e divulgou os acontecimentos relativos à abertura e ao encerramento do tricentenário em duas matérias, a primeira publicada no dia 06 de setembro daquele ano, sob o título “A

exposição”, onde convocou a população a enviar os produtos para a exposição e fez uma relação dos produtos já enviados e dos nomes de seus respectivos doadores. No dia seguinte (07/09) publicou “As festas do Tricentenário – A exposição”. Nesta matéria os editores do Pacotilha divulgaram o local, o horário, a programação do evento e fizeram uma nova relação de produtos e doadores. Quando da festa de abertura do tricentenário (09/09), o jornal publica a matéria “O centenário”, onde faz uma descrição dos principais momentos do evento.

Estabelecendo relação de comparação entre estas matérias e aquelas em que os redatores do Pacotilha põem em causa o governo de Luis Domingues, conclui-se que a crítica produzida por este jornal assenta-se no *modo* como o recurso do empréstimo foi utilizado e, não, no seu *sentido*, conforme os trechos da matéria publicada por este jornal sob o título de “A MONOGRAFIA” na edição do dia 04 de junho de 1912:

A defeza do dr. Luiz Domingues, contra as graves acuações que lhes são feitas, a propozito do emprestimo externo, consiste na transcrição dos artigos que, no primeiro ano do seu governo, publicaram sobre este assunto, a “Pacotilha” e o “Diario do Maranhão”.

Mas que disseram estes jornais?

Acazo o estão atacando por atos que já defenderam?

Absolutamente não. O dr. Luiz Domingues não aponta na sua longa monografia, um só ato seu, sobre o qual se tenha as duas folhas pronunciado contraditoriamente.

Sobre o emprestimo escreveram, de fato, os artigos que o governador transcreve.

Disseram, realmente, como dessas transcrições se vê, que o Estado *tinha necessidade* da operação de crédito que realizou e que, na situação em que se encontrava, não lhe era dado ambiciona-la em melhores condições.

*Precizava* realizar a operação, por um lado, porque urgia que satisfizesse seus compromissos, não podendo absolutamente, continuar o pejimen do calote oficial, a que nos vínhamos habituando.

Por outro lado, essa necessidade se manifestava diante da situação a que se viam reduzidas as fontes naturais de receita do Estado.

E, dezacreditado, como se achava, sem garantias que oferecesse aos seus credores, *não podia o Estado pretender que o emprestimo fosse feito em condições diversas daquellas que nos comunicaram Luiz Domingues.*

[...]

Mas onde, então, a incoerência dos dois jornais?

[...]

Eis aí. Ao mesmo tempo em que *justificavamos o emprestimo, subordinávamos o nosso apoio a elle ás intenções* que, sobre o destino da sua importancia, manifestava o sr. Domingues.

*Só este destino justificava.*

*A aplicação da importância do empréstimo era questão capital para a 'Pacotilha', [...]*

Leiam-se e releiam-se os artigos transcritos na monografia, e vêr-se-á que está a súmula fiel do que conteem.

Mas onde, então, a incoerência dos dois jornais?

Em atacar o modo por que foi dispendida a importância do empréstimo?

Em combater este, hoje, pelas próprias condições em que foi realizado?

Mas nisso, vai-se vêr, não há sombra, siquer, de incoerência.

Com relação á primeira destas interrogações, *cabe-nos dizer que nem a "Pacotilha", nem o "Diario do Maranhão", nem os que nestes jornais escreveram, individualmente, se comprometeram a apoiar incondicionalmente as aplicações que a essa importância se viesse a dar. [...]. (grifo nosso)*<sup>4</sup>

Não obstante o consenso acerca da necessidade de comemorar o aniversário de trezentos anos da cidade e a participação do citado jornal na divulgação da exposição, fica claro, pela disposição gráfica da primeira página do dia 09 de setembro – ao publicar, lado a lado, as matérias “O centenário” e “O empréstimo e a imprensa do Rio” –, que o embate continuava e que as desavenças políticas – e econômicas – não haviam sido superadas. Afinal, do ponto de vista do jornal, estes haviam sido duplamente ofendidos pelo governador, por este ter utilizado o tal recurso para mandar fazer uma estátua – que não teria utilidade alguma para o povo do Maranhão, ao contrário só aumentava os gastos públicos – e, por ser, o homenageado, seu maior adversário político, o ex-governador Benedito Leite.

Trago para análise a SD13 que é construída a partir de recortes da matéria “A estátua” publicada no dia 08 de março de 1912, no jornal Pacotilha.

**SD13-** *Será hoje inaugurada a estatua do dr. Benedito Leite. [...] Quaisquer que fossem as intenções do dr. Benedito Leite, o resultado da sua ação governativa não nos parece que justifique a ereção daquela estatua. Diz-se que ninguém nunca pôz em duvida a honestidade pessoal do dr. Benedito Leite. É uma verdade, e incontestavelmente honra a sua memoria. Mas é, de certo, muito pouco para lhe dar direito á glorificação por um monumento, como esse que se vai descortinar hoje na praça do seu nome. Muito justo seria que os seus amigos lhe rendessem preitos de saudade e reconhecimento. A sua estatua, porém, na praça publica, só poderia ser erguida pela gratidão do povo, como simbolo desta gratidão. Amanhã quando os vindouros, diante deste monumento, lhe procurarem a explicação não poderão deixar de fazer um juizo desfavorável da época em que o levantaram. Porque hão de chegar, muito lojicamente, á conclusão de que o mais elementar dos deveres de um homem de governo – o ser honesto, constituía motivo para glorificação tamanha. [...] Não poderíamos passar em silencio sobre Ella, e as palavras que ai ficam traduzem mais do que uma opinião conhecida, para mudar da qual ainda não tivemos razão. [...] Um*

<sup>4</sup> A forma da citação corresponde àquela apresentada pelo jornal e sua escrita à forma original.



*morto a quem se erije uma estatua está entregue ao juízo da historia. Foram os amigos do dr. Benedito Leite que a esse juizo o entregaram, e não serão, de certo, menos suspeitos do que nós para lhe apreciar a obra.*

Nesta SD o ponto central da argumentação é o questionamento acerca da legitimidade que o governo teria ou não para definir o que é digno de se tornar memória. O redator põe em questão os critérios utilizados pelo governo e a sua autoridade para determinar quem seria homenageado. De acordo com este discurso, o que legitima uma personagem a ser elevada à honra de ter uma estátua inaugurada em praça pública é a *gratidão do povo* (SD13). Só este gesto garantiria que no futuro esta memória fosse significativa para aqueles que a herdaram. Neste sentido, o povo seria o único autorizado a determinar quem merece ficar registrado na memória social da cidade, porque a história não era garantia suficiente.

Ora, este questionamento nos remete à formulação do conceito de lugar de memória elaborado por Nora (1993). Para que um objeto seja alçado à condição de lugar de memória, faz-se necessário que haja relação de contingência entre a materialidade e um acontecimento histórico e que tal objeto constitua-se então um rastro desta história e, por último, é necessário que haja uma vontade de memória, tanto por parte dos que o produzem, quanto daqueles que o apreciem posteriormente.

Nesta disputa em torno da construção e inauguração de tal estátua está implicada não apenas a compreensão do presente e o passado, mas principalmente, do futuro. A questão central é como eles poderiam afetar a compreensão do passado pelos maranhenses no futuro. O que está em jogo nesta fala são dois questionamentos: que vontade de memória motiva seus produtores? Que vontade de memória possibilitará à posteridade estabelecer um elo entre aquele objeto e a história da comemoração de 1912?

A crítica do jornal é a de que não se pode justificar a homenagem apenas por aquela que deveria ser a qualidade intrínseca de um homem público, a honestidade, de modo que assim agindo, o ex-governador Benedito Leite não teria feito mais que o cumprimento do dever. Se a sua ação governamental tivesse resultado em sucesso, certamente não haveria a necessidade de que os amigos o entregassem ao juízo da história, pois este seria legitimamente erguido a este patamar pela *gratidão do povo* (SD13). Nesta crítica os oradores estão rememorando o fracasso do governo de Benedito Leite na gestão de 1906 a 1910 (a qual ele não chegou a completar).

## 5. Considerações finais

Nos dias em que durou a festividade de comemoração do tricentenário - 08 de setembro de 1912 a 1º de novembro de 1912 – os maranhenses puderam apreciar na “Exposição do Trabalho” uma amostra daquilo que os organizadores da exposição consideravam ser o que de melhor o Maranhão poderia apresentar para si e para os outros; um “verdadeiro” panorama da glória e da civilização da sociedade maranhense, como podemos ver nas SDs construídas a partir do discurso do presidente da comissão organizadora do evento, Sr. Domingos de Castro Perdigão:

**SD27**– No pouco que aqui conseguimos reunir podeis, entretanto, ver que os tres seculos de existencia desta cidade não têm sido inuteis para os seus habitantes, para a nossa grande patria e para toda humanidade. Na parte intellectual tendes ahi no sagrado relicario da brasilica Athenas, o talento

dos nossos grandes vultos espargindo luz em todos os ramos dos conhecimentos humanos.

Na parte material, ahi tendes: na agricultura, o nosso algodão, o melhor do mundo, avaliado pela extensão da fibra, o nosso substancial arroz, o pão do maranhense, produzido quasi que espontaneamente nas nossas terras; as feculas de mandioca e os demais produtos agricolas expostos, indicando a uberdade do nosso abençoado solo.

Os mineraes, as madeiras, as borrachas rezinas e muitos outros produtos naturaes.

Em manufacturas, vereis os tecidos de algodão, as redes para dormir, os magnificos moveis artisticamente feitos com madeira deste Estado, os delicados trabalhos de prendas femininas, de typographya, encadernação e ... para que enunciar tudo que ides ver immediatamente e julgar com a vossa criteriosa apreciação? (ALBUM..., 1913, p. 06-07) (grifo nosso)

E o discurso segue enumerando um sem número de maravilhas do maranhense. É na contramão desta invenção que o jornal Pacotilha vem posicionar-se como vimos nas SDs anteriormente analisadas.

Considerando esta configuração perguntei então: por que comemorar? Para quem? Com que efeitos de sentido?

Seja na transformação da paisagem visual da cidade, seja no discurso legitimador de tais práticas; ou na disputa pela construção da memória social, a imagem de um Maranhão áureo e civilizado foi constantemente perturbada pelas críticas dos jornais, especialmente de a Pacotilha.

Deste modo, a análise evidenciou as estratégias discursivas e memorialísticas dos sujeitos discursivos, de modo que foi possível dizer que quanto à memória discursiva o jornal Pacotilha está em posição de dissenso no que diz respeito aos gastos do governo realizados ao longo de 1911 e 1912. No entanto, em relação ao sentido oficial da comemoração, o mesmo está em posição de adesão ao discurso da FD dominante, a saber, a de legitimação da festa do tricentenário, filiando-se assim ao sujeito discursivo “Maranhense”. Neste sentido, a posição sujeito do jornal em relação à posição sujeito do governo é de dissenso. Na querela do empréstimo apenas dois pontos de consenso, o primeiro é que o empréstimo era a única solução possível e o segundo consenso era a realização do centenário. Temos então que a tomada de posição do jornal é primeiramente em consenso quanto ao pedido de empréstimo e em seguida de dissenso quanto ao seu uso. No entanto, no que diz respeito à comemoração o jornal alinha-se à posição sujeito do governo de legitimação da comemoração em função da memória histórica da cidade e de sua responsabilidade com as gerações futuras. Não poderia o jornal tomar outra posição nestas condições de produção. Não comemorar seria negar a si mesmo.

## Referências

*ALBUM COMMEMORATIVO DO 3º CENTENARIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO LUIZ, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.* São Luís, MA: Tipografia Teixeira, 1913.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Prefácio de Michel Pêcheux. São Carlos, SP: EdUfscar, 2009.

FILHO DOMINGUES, Virgílio. *Vida e obra de Luiz Domingues*. São Luiz/MA: Sioge, 1982.

JORGE, Sebastião. *A imprensa no Maranhão no século XIX (1821 - 1900)*. São Luis, MA: Lthograf, 2008. (Homenagem aos 200 anos da imprensa no Brasil)

HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence (Orgs). *A invenção das tradições*. 6. ed. Tradução Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. (Coleção Pensamento Crítico). p. 111-174.

INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, Freda. CAMPOS, Ma. do Carmo (orgs). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000. p. 71-81.

LAGAZZY, Suzy. O recorte significativo da memória. In: INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos, SP: Claraluz, 2009. P. 67-78.

LEVY, Ruth. *Entre palácio e pavilhões: a arquitetura efêmera da Exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro: EBA, 2008.

MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. 4ª. ed. rev. Revisão Adalberto Franklin. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

MENDONÇA, Edinamária Conceição. Representações sociais em fatos culturais: o “Álbum Comemorativo do 3º Centenário da Fundação da Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão” In: MARQUES, Ester de Sá. *Jornalismo Cultural: da memória ao conhecimento*. São Luís, MA: UFMA, 2005.

\_\_\_\_\_. Imagem especular: visões do maranhense no discurso do álbum comemorativo do tricentenário de São Luís. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010. 139 p.

NEVES, Margarida de Sousa. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro: PUC, 1986.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. São Paulo, *Projeto História - Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História*. n. 10, dez. 1993.

PACOTILHA. A estatua. São Luis, MA, 06/03/1912.

PACOTILHA. A monografia. São Luis, MA, 04 e 05/06/1912.

PACOTILHA. A exposição. São Luis, MA, 06/09/1912.

PACOTILHA. As festas do tricentenário: a exposição. São Luis, MA, 07/09/1912.

PACOTILHA. O Centenario. São Luis, MA, 09/09/1912.

PACOTILHA. O empréstimo e a imprensa do Rio. São Luis, MA, 09/09/1912.

PACOTILHA. São Luís, MA, 24/02/1912. (Inauguração do Jardim Zoológico)

PACOTILHA. São Luís, MA, 01/06/1912. (Matéria criticando o governo em relação ao empréstimo)

PACOTILHA. São Luís, MA, 06, 07 e 10/06/1912. (Matéria criticando o governo pela falta de pagamento do empréstimo)

PACOTILHA. São Luís, MA, 15/06/1912. (Matéria criticando a contratação do serviço de esgoto pelo governo)

PACOTILHA. São Luís, MA, 21/06/1912. (Matéria criticando o governo pela destinação de recursos do empréstimo para o engenho do sr. Joaquim Antonio)

PACOTILHA. São Luís, MA, 25/06/1912. (Reproduz matéria de O Paiz sobre o empréstimo, publicada em 11/06/1912)

PACOTILHA. São Luís, MA, 09/07/1912. (Matéria criticando o governo em relação ao empréstimo)

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

PEREIRA, Margareth da Silva. (org). *1908: um Brasil em exposição*. Rio de Janeiro: Casa 12, 2010.

\_\_\_\_\_. Uma arqueologia da modernidade brasileira: a participação do Brasil nas Exposições Universais. *Revista Projeto*, n. 139, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo, Editora Hucitec, 1997.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. P. 200-212.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silenciamento. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. P. 3-15.

SILVA, Luis Antonio Domingues da. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão*. São Luís, MA: Imprensa Oficial, 1912.

\_\_\_\_\_. *DOIS ANOS DE GOVERNO (1910 - 1911)*. São Luís/MA: Imprensa Oficial, 1912.

\_\_\_\_\_. *ATOS E FATOS*. Governo do Estado do Maranhão. São Luís, MA: Imprensa Oficial, 1912.

TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839/1889)*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1995.